

**PLANO DE GOVERNO MUNICIPAL  
PROPOSTA COLIGAÇÃO PPS-PSD**

De Poços para cuidar de Poços

**MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS  
ELEIÇÕES 2016**

CONSTRUIR UM PAÍS MELHOR DEPENDE DE MUNICÍPIOS BEM EQUILIBRADOS DO PONTO DE VISTA POLITICO, ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. MAS ISSO SÓ SERÁ POSSIVEL SE OS GOVERNANTES TIVEREM O REAL COMPROMISSO DE ADMINISTRA-LOS DE ACORDO COM O INTERESSE COLETIVO.

*Jaime Lerner acredita que as cidades devam ser planejadas a partir da convergência de três fatores primordiais: mobilidade, sustentabilidade e sócio-diversidade.*

## **ÍNDICE**

**ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES**

**DIRETRIZES IMPORTANTES**

**IMPLANTAÇÃO DE GRANDES METAS**

- REFORMA ADMINISTRATIVA
- GERAÇÃO DE EMPREGO
- PROJETOS COM VISÃO SOCIAL
- OUTROS PROJETOS VITAIS

**1. CONCLUSÕES**

## 1.ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES

Uma boa campanha deverá ser norteada por uma proposta de gestão consistente, de credibilidade e alicerçada a partir da convergência de três fatores primordiais: ***mobilidade, sustentabilidade e sociodiversidade.***

No primeiro aspecto o Brasil tem falhado. *“As cidades estão crescendo de forma dispersa e isso é a pior coisa que pode acontecer”* diz Erminia Maricato professora da Faculdade de Urbanismo e Arquitetura da USP.

As pessoas percorrem grandes distancias para ir de casa ao trabalho e os deslocamentos provocam efeitos adversos como o aumento da poluição e congestionamentos.

Um contraponto a isso pode ser a inclusão digital, que aproxima os cidadãos mas a conectividade ainda está na agenda de um grupo restrito a gestores públicos.

***A questão da sustentabilidade envolve não apenas a preservação ambiental, mas também a saúde financeira dos municípios, porque só ela é capaz de oferecer as condições para a melhoria da qualidade de vida da população.***

Um programa de governo bem elaborado ensinará levar ao eleitor propostas convincentes através de uma campanha eleitoral de “olho no olho” com o eleitor.

É fundamental que o futuro gestor municipal saiba, acima de tudo, administrar no sentido de adotar novas metas que serão devidamente cobradas pelos cidadãos, entre elas:

- A. ***propor meios*** de garantir e incentivar a participação da sociedade na gestão municipal;

- B. **apontar rumos** para o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado;
- C. **criar soluções** para a melhoria da qualidade da gestão pública, tornando-a mais apta a utilizar os recursos e a prestar melhores serviços à população;
- D. **apresentar diretrizes** e instrumentos para que os investimentos em saneamento, transporte coletivo, saúde, educação, equipamentos urbanos, sejam adequadamente distribuídos e beneficiem toda a população;
- E. **propor ações** direcionadas à proteção do meio ambiente – áreas verdes - e zelar pelo patrimônio histórico municipal.

Essa linha mestra de objetivos se desenvolve em ações como **PLANO DE GOVERNO** e que deverão nortear as proposituras de campanha, de forma clara, objetiva e de encontro aos anseios dos eleitores.

As propostas na campanha eleitoral deverão refletir os anseios da população e transmitidas, sempre, de maneira firme e convincente.

Esse trabalho, sujeito a mudanças no transcorrer do tempo, servirá de instrumento propulsor para o desenvolvimento de propostas com embasamento ideológico, legal e técnico.

O cenário POLÍTICO e ECONÔMICO atual é de extrema preocupação com reflexos negativos para os próximos três anos considerando-se, nesse contexto, o primeiro ano de uma nova administração municipal.

**O cidadão, independentemente de posição político-ideológica quer resultados.**

Faz-se necessário que se busquem os reais anseios do cidadão que está na ponta e que usa no dia a dia os serviços essenciais sobre os quais o poder público é o responsável. Todos precisam ter consciência de que o foco é no contribuinte, ou seja, reconhecer que, por mais que a verba seja repassada, o atendimento de saúde, transporte e segurança, no geral, pode não ser eficiente porque nem sempre o recurso é bem gerido.

**Surge o primeiro conceito: “IMPORTANTE COBRAR DE QUEM DEVE PARA ATENDER A QUEM PRECISA”.**

Não se consegue administrar uma cidade sem que existam recursos necessários.

Não significa, também, que se deva aumentar a carga tributária.

E quando se fala em cobrar de quem deve é inerente, também, que essas cobranças sejam, também, em relação às autoridades estaduais e federal que nem sempre cumprem com suas obrigações necessárias à medida que transferem para os Municípios certos encargos que não lhes são inerentes.

Os recursos necessários deverão advir de uma arrecadação tributária eficiente e de repasses constitucionais da União e dos Estados. O ideal seria que a programação financeira fosse embasada nos tributos municipais com uma margem de segurança confiável. Mas nem sempre isso é possível devido a transferência de encargos aos Municípios sem a competente e devida transferência de recursos.

Um caso típico foi a criação da UNACON em Poços de Caldas sem a devida constituição de recursos pelo governo

federal para suportar os encargos de manutenção daquela Unidade. A questão da UNACON nos reporta aos compromissos firmados, mas não cumpridos pelas autoridades estaduais, no sentido da construção do Hospital do Câncer onde foram destinados R\$ 10 milhões mas que, por diversos motivos nem foram transferido apesar de se ter divulgado a colocação de uma placa fundamental.

Recentemente, em junho, a Câmara de Poços de Caldas aprovou o repasse de recursos do DME para o Hospital da Santa Casa, da ordem de quase R\$ 4 milhões, à exemplo do que ocorreu na década passada com o repasse de R\$ 14 milhões para a mesma instituição.

Desde que a Constituição Federal lhes garantiu autonomia política, administrativa e financeira, os municípios brasileiros são constantemente desafiados a cumprir suas metas administrativas, na maioria das vezes, sem o devido amparo dos governos estadual e federal. Por isso, faz-se necessária uma gestão atualizada, eficiente e, sobretudo, coordenada por uma equipe coesa, tecnicamente preparada e conhecedora das informações relevantes para enfrentar os desafios do cotidiano de sua cidade.

Será de extrema importância a criação de um grupo de técnicos especializados para, imediatamente, providenciar a reformulação dos conceitos inerentes à arrecadação municipal especialmente:

- IPTU e ITBI "latu sensu";
- ISSQN sobre operações de crédito;
- ISSQN sobre bancos;
- ISSQN sobre leasing;
- INSS – recuperação de créditos;
- CFEM;

Um trabalho sério – embasado em novos conceitos e no apoio de uma tecnologia de informação consistente e eficaz

– possibilitará um aporte, nos próximos quatro anos de mais de R\$ 200 milhões referente à recuperação de impostos não arrecadados e um incremento da ordem de mais de R\$ 1 milhão/mês pela introdução de novos critérios de controle.

O segundo conceito:” **REFORMA DE GESTÃO**”

Estabelecer um programa calcado na eficiência dos gestores-colaboradores o que significa uma **REFORMA DE GESTÃO** otimizando custos com a adoção de prioridades, sobretudo nas áreas social e econômica.

Tudo se concentra com um só objetivo: cuidar do CIDADÃO como foco principal e objetivo primordial.

Esta palavra – Administração – abriga um conjunto de princípios, normas e funções cuja finalidade é ordenar os fatores de produção, de modo a aumentar sua eficiência.

A arte e o exercício da Administração surgiram há muitos séculos, por volta do ano 5.000 a.C., na Suméria, quando seus habitantes procuravam uma maneira para melhorar a resolução de seus problemas práticos. A Bíblia inclui algumas histórias que comprovam a importância da Administração e uma delas é “A parábola dos talentos” (Mateus 25): *“Porque a todo o que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado.”*, ou seja, aquele que não souber administrar o que tem, perderá.

Cláudio Ptolomeu, cientista grego que viveu em Alexandria (Egito), planejou e dimensionou um sistema econômico que não poderia ter-se operacionalizado sem uma administração pública sistêmica e organizada. Depois, na China de 500 a.C., a necessidade de se ter um sistema organizado de governo para o império foi idealizada na Constituição de Chow, com oito Regras de Administração

Pública de Confúcio, numa tentativa de definir regras e princípios de administração.

Entre 1550 a 1700, na Alemanha e na Áustria, um grupo de professores e Administradores públicos – chamados de Fiscalistas ou Cameralistas – preconizaram princípios de administração, especialmente no setor público. Destacam-se ainda, duas instituições – Igreja Católica Romana e as Organizações Militares – que desenvolveram alguns princípios de administração, baseados na hierarquia de poder rígida e adoção de princípios e práticas administrativas comuns ainda a todas as empresas da atualidade.

Mas a Administração despontou de forma científica no século XIX para dar respostas aos problemas e desafios que surgiam com as empresas no processo de avanço da Revolução Industrial.

Administrar uma prefeitura implica no planejamento, na organização, no comando, na gerência, na coordenação e no controle. Ou seja, vai da concepção à avaliação dos resultados. E quanto mais as economias se tornam competitivas e os mercados mais exigentes, maior é a importância de uma administração eficiente. Por isso é uma ciência que não para de evoluir, aperfeiçoando técnicas e desenvolvendo métodos cada vez mais adequados a situações financeiras.

Portanto, conciliar **RECURSOS DISPONÍVEIS** e **EFICIÊNCIA NA GESTÃO** representa o binômio fundamental para a elaboração de um **PRORAMA DE GOVERNO** coerente.

Com uma economia equilibrada e em consonância com recursos estabelecidos, aliados a uma gestão otimizada será possível desenvolver programas importantes com ênfase em três fatores primordiais: mobilidade, sustentabilidade e sociodiversidade.

**As dificuldades serão constantes no decorrer desse ano de 2016 e também em 2017.**

Tudo conduz para uma política onde deva predominar um olhar voltado para a população especialmente na questão social de apoio aos menos favorecidos.

Em 2010 um estudo do IPEA mostrava que em 2016 a pobreza extrema estaria "praticamente superada" e seria um grande trunfo político do governo Lula. Naquele ano o PIB atingia 7,5%, o maior desde 1986. Pouco mais de 12 milhões de brasileiros estavam deixando a triste estatística de extrema pobreza.

Até o fim deste ano, a renda per capita dos brasileiros deve recuar quase 10% em relação a 2014, aponta outro estudo da FGV. Será a segunda maior queda em 116 anos. Pior que esse tombo, apenas o do triênio 1981-1983, também marcado por uma crise econômica grave. Segundo um estudo da consultoria Tendências, a derrocada vai levar 7,8 milhões de brasileiros de volta à pobreza. Se o país não voltar a crescer até 2018, haverá mais pessoas nessa situação do que em 2005, ainda nos primeiros anos do governo Lula, prevê a consultoria.

O desafio será enorme e algumas ações deverão ser implementadas a curto prazo ou seja nos dois primeiros anos de gestão.

É impossível fazer tudo em 4 anos. Deverão ser adotadas prioridades. Fazer o que é possível. Prometer sem iludir.

Essa é a proposta desse trabalho.

## 2. DIRETRIZES IMPORTANTES

A principal e fundamental ferramenta de gestão está intimamente ligada a novas tecnologias. A tecnologia da informação através de uma eficiente logística será uma das principais, senão a principal ferramenta de trabalho na futura gestão administrativa de Poços de Caldas.

A TI se aplica nos dois segmentos apresentados ou seja, na apuração, fiscalização e arrecadação dos tributos e receitas assim como nas ações administrativas de gestão pública.

O que se observa ao longo dos últimos anos é uma total falta de fiscalização e controle das contas públicas sem a existência de nexo entre o previsto e o realizado gerando, em contrapartida, déficits orçamentários com graves e negativos reflexos na gestão pública gerando conflitos políticos como o que vem ocorrendo com a transferência de recursos do GRUPO DME para a Prefeitura.

Levantamentos realizados indicam que nas duas últimas gestões houve uma transferência de recursos da ordem de mais de R\$ 200 milhões. Esses recursos não foram destinados para investimentos e sim para cobrir despesas de custeio. É uma demonstração cabal de que a inexistência do DME teria sido catastrófica para o Município e configurado como em estado pré-falimentar.

A próxima administração terá um grande e enorme desafio: adotar todos os esforços para NÃO PERDER UM PATRIMONIO QUE FOI CONQUISTADO EM QUASE 100 ANOS: DME já que a atual administração está colocando em risco o patrimônio e a credibilidade dessa empresa com riscos para a perda da concessão.

Nesse sentido será preciso **INOVAR.**

A inovação consiste em reorganizar o sistema de gestão e a aplicação de mecanismos de receita como grandes metas sendo que a meta fundamental e primordial será a elevação da auto-estima do cidadão poços-caldense e estabelecer objetivos visando a geração de renda e melhoria nas condições de vida da população.

CONFIDENCIAL

### 3. IMPLANTAÇÃO DE GRANDES METAS DE GOVERNO

#### 3.1 REFORMA ADMINISTRATIVA

##### **Reforma da estrutura administrativa com o realinhamento da administração pública;**

Análise e avaliação das Secretarias suprimindo-se o cargo de secretário-Adjunto em todas as Secretarias onde foi implantado MENOS NA SECRETARIA DE SAÚDE que somente seria extinto seis meses após a posse da Prefeita ( esse tema será apresentado em outra ocasião ).

Readequação das atividades das Secretarias tentando aglutinar atividades com a consequente redução do número de Secretarias ou na pior das hipóteses mantendo-se o numero de secretarias com alguns secretários acumulando outras pastas. Exemplo: Com a criação da Secretaria de Cultura a Secretaria de Turismo deixou de exercer algumas das atividades e com isso poderia incorporar as atividades de esporte e lazer. A provável criação da Secretaria de Meio Ambiente receberia as atividades voltadas para o setor rural. A proposta inicial a ser submetida a consulta seria, em tese, de forma objetiva, constituída dos seguintes conceitos:

##### **a. Secretaria Municipal de Governo;**

Passaria a denominar-se Secretaria Municipal de Governo e Assuntos Externos

##### **b. Procuradoria Geral do Município;**

Manter

**c. Secretaria Municipal de Controle Interno;**

Manter e ampliando a competência para o controle orçamentário

**d. Secretaria Municipal de Comunicação Social**

A ser extinta e a estrutura passa a pertencer ao **CENTRO LIBERTAS DE COMUNICAÇÃO**.

**e. Secretaria Municipal da Fazenda;**

Mantem com a denominação de Secretaria Municipal da Fazenda e Fiscalização Tributária;

**f. Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas;**

Mantem

**g. Secretaria Municipal de Planejamento, desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;**

Passa a ser Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente; perde a atividade de desenvolvimento urbano e mantém por 1 ano o Meio Ambiente que, futuramente seria convertida em Secretaria;

Uma outra alternativa seria a criação da Secretaria de Meio Ambiente sem a designação do titular mas com toda a estrutura necessária para o desenvolvimento do seu trabalho. O Secretário ocupante da área de Planejamento acumularia com a de Meio Ambiente.

**h. Secretaria Municipal de Educação;**

Mantem. Assume as atividades de ESPORTE E LAZER (continua)

**i. Secretaria Municipal de Saúde;**

Mantem com a perspectiva de ser apenas para realizar políticas de saúde cabendo à Fundação de apoio às Ações de Saúde a execução das atividades do setor.

**j. Secretaria Municipal de Turismo;**

Seria extinta e a atividade passa a pertencer à Autarquia Municipal de Turismo e Cultura

**k. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;**

Mantem a Secretaria mas dirigida pelo Secretário de Educação com readequação da estrutura funcional;

**l. Secretaria Municipal de Promoção Social;**

Mantém porém com readequação da estrutura funcional;

**m. Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas;**

Mantem

**n. Secretaria Municipal de Serviços Públicos;**

Mantem mas com a readequação da estrutura funcional

**o. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;**

A ser extinta e as atividades vão para a Empresa Municipal de Desenvolvimento e Apoio Tecnológico caso seja aprovada a sua criação;

**p. Secretaria Municipal de Defesa Social.**

A ser modificada para Sec. Municipal de Segurança Pública , Transito e Mobilidade

**q. Secretaria Municipal de Cultura.**

A ser extinta e passa a Autarquia.

**r. PROCON**

Deixaria de ter o status de Secretaria e ficaria subordinado a uma outra Secretaria a ser determinada posteriormente.

O DME será objeto de estudo apartado juntamente com o DMAE e Autarquia Municipal de Ensino.

**Observações :**

1. A extinção dos cargos de Secretário-Adjunto e o acúmulo de algumas Secretarias sendo administrada por outro secretário permitirá uma economia da ordem de R\$ 8 milhões nesses próximos 4 anos considerando-se salário, encargos e outros benefícios.
2. Deverá ser estudada a possibilidade na concessão de um acréscimo da ordem de 25% da remuneração de secretário quando acumular a função em outras secretarias.
3. Deverá ser feito um reestudo na estrutura de algumas Secretarias com a supressão de algumas chefias.

**Redução de cargos comissionados através do aproveitamento de funcionários concursados;**

Através de estudos consistentes avaliar a possibilidade do uso de funcionários concursados servindo como incentivo e fator motivacional e melhoria nos salários através da gratificação pelo exercício de cargo de chefia.

Em princípio os cargos de livre nomeação continuam a existir mas a indicação se fará predominantemente com funcionários concursados. Isso poderá propiciar uma economia de recursos com a redução da folha de pessoal e forma de incentivo aos funcionários concursados.

Importante o desenvolvimento de atividades de aperfeiçoamento do funcionalismo através da implantação de mecanismos de cursos que poderão interferir diretamente na requalificação e promoção funcional.

**Estabelecimento de estratégias de eficiência no serviço público;**

Incentivo aos funcionários concursados para o aprimoramento das atividades profissionais com prêmios de produtividades nos setores mais críticos e vitais para a administração pública.

Um exemplo observado em algumas cidades de São Paulo ( Jundiaí ) os fiscais ( de diversos setores da Prefeitura ) receberiam suas tarefas por transmissão eletrônica com o estabelecimento de missões e somente num dia da semana deveriam comparecer na Secretaria da Fazenda para a prestação dos serviços realizados e o cumprimento de metas desejadas.

Os cargos comissionados são superiores a 100 cargos. Uma forma de praticar a justiça funcional será a de privilegiar os funcionários concursados e, com isso, estabelecer uma redução na folha de pessoal.

**INOVAR COM COMPETENCIA**

A futura administração ( período 2017-2020 ) precisará **INOVAR** seja num novo conceito de gestão e na aplicação justa de uma arrecadação tributária eficiente. Para isso, preconizam-se algumas mudanças no organograma da prefeitura.

Um dos objetivos importantes é a criação de três Conselhos de apoio às ações da Prefeita Municipal.

- Conselho Político;
- Conselho Social e
- Conselho Econômico.

São grupos organizados, com um máximo de dez participantes, que, sempre que convocados pelo mandatário possam trazer opiniões e sugestões importantes no sentido de

estabelecer diretrizes e novas perspectivas em função dos temas apresentados.

São pessoas designadas informalmente e são Conselhos INFORMAIS. Caso, ao longo do tempo, seja definida uma necessidade de criação formal desses Conselhos, será encaminhada ao Legislativo proposta nesse sentido.

Esses três Conselhos deverão ficar diretamente vinculados ao Prefeito que exercerá a presidência desses três órgãos. São Conselhos **informais** mas que poderão propor ações consultivas ao Prefeito.

O Conselho Econômico será composto pelos Secretários da Fazenda, Administração, Planejamento, diretor da Autarquia Municipal de Turismo e Cultura ( a ser criada ) , Empresa de Desenvolvimento e Apoio Tecnológico ( a ser criada ) , e outros a serem determinados além de representante da ACIA (representando os setores do comércio, serviços, indústria e setor rural ).

O Conselho Social será composto pelos Secretários da Saúde, Educação, Esportes, Prevenção Social , Fazenda e Planejamento ( participam dos dois Conselhos ), e outros órgão necessários para o estabelecimento de políticas sociais a serem executadas pelos órgão devidos.

O Conselho Político será composto por representantes dos partidos que oferecem apoio político ao Prefeito e outras pessoas de confiança do Prefeito para a discussão de estratégias, diretrizes e ações políticas.

#### **Possibilidade da criação das SUB\_PREFEITURAS nas zonas sul, leste, oeste, centro e rural.**

A criação das cinco Sub-Prefeitura tem como objetivo maior descentralizar as ações mais prementes nas diversas regiões administrativas.

Essas Sub-Prefeituras serão o elo de ligação entre a população e as Secretarias responsáveis por diversas atuações fazendo com que o (a) Prefeita possa agir de forma

mais “leve” e cobrando dos setores competentes as ações determinadas pelos Conselhos (Econômico e Social ) e os pleitos apresentados pela população através das Sub-Prefeituras.

Cada Sub-Prefeitura deverá ter um veículo para atender as reivindicações das áreas de abrangência sendo que esses veículos deverão ter uma cor diferenciada ( a Fiat tem um veículo de cor limão ).

### **Possibilidade da criação da Fundação de Apoio às Ações de Saúde;**

Essa Fundação seria um importante instrumento de ação nas atividades de saúde do Município racionalizando as atividades de saúde com severos e rígidos controles de atuação e custos.

Será preciso avaliar a situação da Santa Casa e suas implicações com o DME e permitir a integração do Hospital da Zona Leste, Margarita Morales, dos PSFs, da UPA e outros órgãos de atendimento hospitalar.

A atual administração vem se utilizando de recursos do Grupo DME e, em breve, isso poderá inviabilizar os trabalhos desenvolvidos pelo DME com a extinção dos benefícios e a concessão.

Considerando que o prédio da Santa Casa está – pelo menos deveria estar – hipotecado ao DME em função do convenio firmado e de Lei regulamentando o empréstimo de R\$ 14 milhões e, caso se perca a concessão significa que o patrimônio físico do Hospital da Santa Casa será perdido com graves consequências para o Município e para a população.

Um profundo estudo deverá ser feito em relação às ações de saúde no Município.

Dentro do conceito de uma gestão eficiente, os primeiros estudos demonstram que será possível uma

economia de 9% sobre os gastos municipais com a saúde representando ao longo de toda a administração (2017-2020) recursos da ordem de R\$ 60 milhões.

A cobertura das equipes de Saúde da Família em Poços de Caldas foi ampliada de 54% em 2012, para 73% em 2015. As ações de fortalecimento e ampliação da Atenção Básica garantem o atendimento a aproximadamente 120 mil pessoas em todas as regiões do município.

Será preciso uma avaliação mais aprofundada para se chegar a 100% de toda a população assistida.

A cidade possui 32 equipes de PSF cadastradas no Ministério da Saúde. Além do aumento das equipes, a Prefeitura investiu na melhoria da estrutura física, com obras de construção e ampliação de dez Unidades Básicas de Saúde (UBS). Desde 2013, seis UBS foram inauguradas: UBS Regional Sul, UBS Regional Leste, Kennedy I, Jardim Itamaraty, Santa Augusta e Quissisana. Algumas unidades já estão sendo entregues à população: Bortolan, Country Club, Santa Rosália e Kennedy II e São Bento, cujas obras estão em andamento.

Além da equipe básica, a Saúde da Família conta com equipe multiprofissional do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com um total de 24 profissionais distribuídos em três equipes, formadas por assistente social, fisioterapeuta, farmacêutico, nutricionista, psicólogo, terapeuta ocupacional e educador físico.

Para gerir todo esse truncado sistema de apoio às ações de saúde, será preciso que todos os postos de atendimento estejam conectados com um sistema que permita maior agilidade nas ações e melhor controle de gestão. É a TI funcionando como instrumento de gestão de forma essencial.

Dentro do contexto voltado para o setor da saúde cabe fazer uma observação sobre a situação do **Cemitério Municipal**.

O atual Cemitério ( da Saudade ) está com sua capacidade comprometida e o Cemitério localizado na Zona Sul que atua sob a forma de concessão parece – segundo informações – que cobra valores bem superiores aos praticados no Cemitério da Saudade.

Existem problemas de ordem ambiental em relação ao atual Cemitério da Saudade que precisam ser solucionados com urgência.

Uma possível solução será a construção do **Cemitério Vertical** que poderá ser através de uma PPP ( Parceria Público Privada ) ou através de uma autorização juridicamente correta para que seja explorado pela Santa Casa de Poços de Caldas, possibilitando uma nova fonte de receita para a Instituição.

Esse tipo de empreendimento é altamente rentável e pode se incorporar ao objetivo de geração de emprego através de mais um empreendimento importante.

#### **Uma nova questão e INOVADORA .**

Um órgão novo – possivelmente uma empresa pública – vinculada diretamente ao gabinete do Prefeito, deverá ser o primeiro ponto para o início dessa mudança.

Sugere-se, portanto, como um passo importante, a constituição da **EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E APOIO TECNOLÓGICO**.

A empresa terá a missão de buscar novos e importantes empreendimentos, no sentido de alavancar a economia local gerando, em consequência, empregos e amplificando a capacidade de atividade produtiva. Essa busca será no sentido de estabelecer e criar incentivos internos, no sistema econômico local assim como na busca externa, em outras regiões do país e até mesmo no exterior. O mercado asiático tem grandes interesses em investimentos no Brasil e Poços de Caldas, pela sua posição geográfica estratégica, equidistante

dos maiores mercados consumidores, poderá ser um polo de desenvolvimento para essas empresas.

A outra missão da empresa seria de concentrar todo o sistema de informação estratégica com o intuito de gerar instrumentos de orientação, acompanhamento e controle de gestão .

Pelo sistema atual esse processo está fragmentado em várias secretarias – principalmente Fazenda e Saúde – com atuação restrita e limitada sem que possa oferecer ao gestor (Prefeito) uma visão completa e ampla de todo o processo administrativo, financeiro, contábil e de gestão. Trata-se de uma ferramenta fundamental para o acompanhamento e reorientação de gestão exclusiva do Prefeito.

A exclusividade atinge o mais alto grau de confidencialidade com a disponibilização de dados importantes, mas que não são de interesse em disponibiliza-los à teia de divulgação nos mais diversos segmentos da administração.

Com a implantação de sistemas de forma solidificada a empresa poderá assumir novos encargos visando a ampliação de sua receita operacional através de serviços a serem prestados a Prefeituras do sul de Minas.

Outra ferramenta indispensável para o sucesso dessa atividade é a utilização do geoprocessamento.

O termo geoprocessamento denota a disciplina do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica e que vem influenciando de maneira crescente as áreas de Cartografia, Análise de Recursos Naturais, Transportes, Comunicações, Energia e Planejamento Urbano e Regional.

As ferramentas computacionais para geoprocessamento, chamadas de Sistemas de Informação Geográfica GIS - sigla em Inglês para SIG -, permitem realizar

análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados geo-referenciados.

Importante que seja criado um Plano Diretor de Geoprocessamento e necessário esclarecer que a execução dessa ferramenta será feita de forma progressiva e não é um programa adquirido no mercado para uso imediato.

Trata-se de outra atribuição a ser executada pela possível empresa pública a ser criada na futura administração.

Além de oferecer instrumentos para a implantação de uma política global estratégica de desenvolvimento essa empresa poderá aglutinar outros serviços tais como oferece aos órgãos públicos municipais com a remuneração pelos serviços, um conjunto de controles administrativos, orçamentário, patrimonial e operacional, além de outros controles indispensáveis para a gestão eficiente e eficaz de qualquer entidade pública tais como:

- **Orçamento, Contabilidade e Tesouraria Pública**
- **Compras de Materiais e Serviços**
- **Protocolo e Despacho**
- **Pessoal**
- **Arrecadação de Tributos**
- **Legislação**
- **Documentos**
- **Cadastro de Pessoas**
- **Saúde**
- **Escolas**
- **Convênios e Contratos**
- **Atendimento**
- **Multas de trânsito**
- **Informações Gerenciais.**

Sem desconsiderar as outras atividades, no primeiro estágio de prioridades será dada ênfase na arrecadação de tributos e na otimização dos serviços de saúde.

O poder de arrecadar é e será uma atribuição da Secretaria da Fazenda mas a empresa poderá ser um “braço” de apoio no sentido de estabelecer um sistema de fiscalização eficiente através de mecanismos diferenciados.

Apenas para efeito ilustrativo, o Município tem a arrecadar com o ISSQN possivelmente mais de R\$ 150

milhões referente a recuperação de valores devidos nos últimos cinco anos e a previsão de uma arrecadação mensal da ordem de mais de R\$ 1 milhão .

Ainda no processo arrecadatório temos a contribuição financeira sobre a exploração mineral ( CFEM) onde já foi constatado junto ao DNPM a existência de mais de R\$ 90 milhões de aplicação de multas administrativas por descumprimento da legislação pertinente.

O objetivo é efetuar a recuperação desses créditos em, no máximo, 24 meses a contar de janeiro de 2017.

Ainda dentro da concepção que deverá nortear a futura administração de oferecer eficiência na gestão e competência na arrecadação tributária é importante a adoção de uma visão ampla com relação às ações de saúde do Município.

Os maiores gastos estão comprovadamente no setor da saúde que ultrapassa, e muito, as obrigações constitucionais, gerando grandes déficits impedindo investimentos essenciais em outros setores do Município.

Estima-se a possibilidade da criação de uma **Fundação** com fins destinados ao atendimento da saúde aos munícipes. Além dos controles – exigência legal - pelo Ministério Público haveria a possibilidade de maior transparência já que ela seria a responsável pela execução dos serviços médicos incorporando as atividades das UPAs, das UBS, Hospital Margarita Morales, Hospital da Zona Leste e dos PSFs implantados e a serem implantados no período da nova gestão.

A Secretaria de Saúde seria a responsável pela execução orçamentária e elaboração da política de saúde no Município.

Essa **FUNDAÇÃO DE APOIO ÀS AÇÕES DE SAÚDE** – denominação provisória – depois de um ano de sua constituição absorveria o Hospital da Santa Casa de Misericórdia dependendo de estudos já que, ao que tudo

indica, ainda está vinculada ao DME através de hipoteca. Esse período de um ano se torna necessário para que a nova instituição possa ter as prerrogativas necessárias fazendo com que o critério de filantropia seja mantido.

A situação da Santa Casa será objeto de um capítulo à parte em outro estudo tendo em vista a sua importância no contexto das políticas de saúde a serem implantadas em Poços de Caldas.

Entretanto não se pode deixar de consignar – e estabelecer motivo de reflexão – que a Prefeitura de Poços de Caldas abriga mais de 6.000 funcionários (efetivos e contratados) e que merecem – por direito e acordo coletivo – toda a assistência médica necessária.

Por levantamentos realizados, o Município transfere para a UNIMED e CLIMEP em torno de R\$ 1,5 milhão a título de prestação de serviços médicos e laboratoriais através do IASM.

No sentido de dar suporte às atividades da Santa Casa – além dos custos com a urgência e emergência seria interessante estudos no sentido de fazer com que aquela instituição pudesse prestar alguns serviços nas áreas de diagnóstico por imagem, pediatria (ala recentemente reformada), ginecologia/obstetrícia, exames laboratoriais e ortopedia dentre outras como um terceiro polo de atuação além da UNIMED e CLIMEP. Isso permitiria ampliar a capacidade de receita da Santa Casa.

**Dessa forma a Secretaria de Saúde ficaria responsável pelas políticas de saúde enquanto a FUNDAÇÃO faria a execução dessas políticas através de convênios a serem implementados com as devidas transferências de recursos orçamentários.**

Um complexo sistema de controle de custos no setor da saúde a ser executado através da EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E APOIO TECNOLÓGICO e com uma

atuação dinâmica da FUNDAÇÃO DE APOIO ÀS AÇÕES DE SAÚDE poderá propiciar uma grande e considerável economia de recursos possibilitando, assim, maiores investimentos em outros setores.

Estima-se a possibilidade de uma economia – redução de despesas - da ordem de R\$ 15 milhões por ano na área da saúde em função da adoção de rígidos controles de gastos e otimização das ações no setor.

**Assim, a redução das despesas através de controle sistemático, a ampliação da arrecadação tributária serão fatores fundamentais para a eficiência na administração municipal.**

Mas quais serão as grandes METAS DE GOVERNO para serem analisadas e discutidas ?

Essas METAS deverão ser amplamente discutidas pelo grupo pensante já que servirão de parâmetro para o desenvolvimento da campanha com a propositura de metas e projetos a serem apresentados à população.

Até o presente momento foram estabelecidas duas premissas básicas:

- (1) Melhorar a arrecadação e a
- (2) adoção de uma gestão eficiente com redução de custos e aplicação desses valores em despesas com infraestrutura.

**No entanto é preciso muito mais.**

Independente das metas acima traçadas existe, também, outro segmento que é o da comunicação com a população.

O objetivo será dinamizar o setor com grandes inovações. Será extinta a Secretaria Municipal de Comunicação Social e passará a existir o **Centro Libertas de Comunicação** que terá como atribuição interagir com a população em todos os segmentos da comunicação.

A rádio Libertas será readequada aos novos momentos. Não será concorrente com as demais estações locais mas uma das formas de se divulgar as ações do governo e, se necessário poder divulgar, também, as sessões plenárias da Câmara de Vereadores no sentido de oferecer maior transparência aos atos oficiais.

Todos os jornalistas e pessoal especializado que se encontra à disposição do setor de comunicação ficará integrado ao Sistema Libertas de Comunicação que terá ainda as seguintes atribuições :

- Criação e manutenção da TVWEB;
- Criação e manutenção da página na Internet com total transparência dos atos administrativos;
- Criação e manutenção do DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO WEB;
- Criação e manutenção de todo e qualquer meio de divulgação dos atos oficiais com a população.

Será, também, atribuição do Centro Libertas de Comunicação a criação e geração de um programa de rádio e de TV com o título provisório "A PREFEITURA MAIS PERTO DE VOCE". Esses programas poderão ser retransmitidos pelas demais estações de rádio e tv de Poços de Caldas.

Uma outra questão que merece, deve e precisa ser atacada é a atual situação da empresa **AGUA MINERAL POÇOS DE CALDAS LTDA.**

Trata-se de uma empresa com direitos de mineração conforme processo aprovado pelo DNPM (Departamento Nacional de Recursos Minerais ) e que foi implementada na gestão do então pelo então prefeito José Aurélio Vilella.

O objetivo maior, naquela época, era de fazer com que o produto pudesse ser um instrumento de divulgação das qualidades das águas minerais existentes em nosso Município.

O que se pretendia era de se fazer uma distribuição gratuita do produto nas empresas de transporte aéreo que realizavam o percurso Rio-São Paulo.

A idéia não prosperou e, por algum tempo, a empresa deixou de realizar operações comerciais envasando apenas o necessário para atender o consumo dos funcionários da Prefeitura.

Pelo observado é uma empresa deficitária e com um passivo considerável.

Trata-se de um produto da mais elevada qualidade e uma medida urgente precisa ser adotada:

- Transferir para a iniciativa privada os direitos de exploração das águas ou;
- Tentar junto à DANONE uma parceria consistente, inclusive com aporte de capital visando a ampliação da capacidade de envasamento ( atualmente é de 1/10 da capacidade de produção ) e utilizar o sistema de distribuição da DANONE.

## 3.2 GERAÇÃO DE EMPREGOS

### GERAÇÃO DE EMPREGOS E PROJETOS IMPORTANTES

A questão *GERAÇÃO DE EMPREGO* deverá ser um dos eixos fundamentais para as proposições necessárias, considerando que em 2016 as dificuldades serão inúmeras com algumas perspectiva de melhora somente a partir de 2017 ou 2018 conforme estudos governamentais.

Dentro desse contexto surgem 2 pilares importantes :

- Estabelecimento de projetos que permitam a imediata execução para os próximos primeiros dois anos de administração com ênfase em projetos e obras importantes.

- Ampliação da capacidade de instalação de novos empreendimentos industriais e de serviços visando, também, a ampliação da arrecadação tributária. O Município deverá desenvolver uma “busca ativa” em outros centros, no país e no exterior, de grupos empresariais interessados em investir em Poços de Caldas;

Os projetos emergenciais propostos são:

**- PROJETO VIVER MELHOR;**

O projeto VIVER-MELHOR tem dois objetivos bem definidos:

- possibilitar, a curtíssimo prazo, condições de sobrevivência de famílias em situação de penúria que receberiam um auxílio-social ( em fase de estudo sob o ângulo legal ) através de contrapartida de apoio na conservação do próprio bairro.

- manter a cidade limpa e bem cuidada com realocação de parte dos valores destinados à empresa de limpeza pública em conformidade com o orçamento anual, da ordem de R\$ 7 milhões.

Poderão participar desse projeto as entidades representativas dos bairros vinculadas à USAB ou à LIGA ou ainda qualquer outra que esteja efetivamente regularizada perante a Receita Federal, diretoria devidamente eleita e com ata registrada em Cartório além de outros requisitos necessários que possibilitem manter com o Município um vínculo contratual regular.

Para a efetivação desse projeto será necessário encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal visando a efetiva contratação dessas entidades.

O programa consiste em transferir para essas associações os encargos que hoje são de responsabilidade de diversas secretarias como limpeza de ruas, limpeza de terrenos particulares, administração de academias ao ar livre, estádios, quadras esportivas e outras atividades e ser, também, um indutor social.

Essa gestão será objeto de um convênio entre o Município e a entidade com transferência de recursos em função do número de residências existentes no bairro e de acordo com plano de trabalho previamente aprovado e contrato firmado.

Parte desses recursos será originário da taxa de limpeza urbana que é cobrada do proprietário juntamente com o IPTU. ( ver a constitucionalidade dessa taxa em artigo especializado).

Esse programa utilizará pessoas residentes no próprio bairro e o numero de pessoas assistidas será proporcional com o tamanho do bairro e imóveis existentes.

Dependendo dos custos de reparos, através desse programa poderão ser realizadas reformas e manutenção em escolas e postos de saúde (UBS ) e outros equipamentos nos respectivos bairros.

Existem mais de 130 bairros em Poços de Caldas e será preciso a adoção de um critério bem executado. Estima-se a alocação de 2.000 ocupações de pessoal nesse processo/ano.

#### **- PROJETO MORAR COM DIGNIDADE;**

Nas últimas administrações ocorreram tentativas de desenvolver programa habitacional para atendimento das classes menos favorecidas. Nessa última gestão o quadro se tornou mais crítico ainda. O PROJETO MORAR COM DIGNIDADE tem dois focos primordiais; O primeiro, de possibilitar a alavancagem do sistema de construção civil, primordial para a ocupação de mão-de-obra ( direta e

indiretamente ) e num outro plano no sentido de oferecer a possibilidade de ampliação do programa habitacional.

De acordo com levantamentos preliminares o Município dispõe de mais de 1.500 lotes distribuídos em diversos bairros da cidade. Isso por si só já representa uma ampliação de mais de 80% do que a atual administração estaria prevendo nesse tipo de programa.

Em contato com a Superintendência da Caixa Econômica Federal foi dada a informação da possibilidade de financiamento para a construção obedecendo os limites de metragem quadrada com prazo dilatado para amortização e com prestações decrescentes. Esse projeto poderá propiciar a inclusão de mais de 2.000 postos de trabalho/ ano.

**- PROJETO MUDAR PRA MELHOR;**

O PROJETO MUDAR PARA MELHOR visa, essencialmente, o desenvolvimento e realização de projetos voltado para a construção de:

**- Prédio da Administração Municipal**

Existem algumas propostas no sentido de fazer, na Zona Sul, em área já pré-determinada, o Paço Municipal. Nesse sentido pretende-se a construção do projeto elaborado por Oscar Niemeyer a um custo superior a R\$ 35 milhões e com um sistema de manutenção e conservação extremamente elevado.

Outra proposta é a de utilizar a área do Complexo Santa Cruz através de uma PPP (parceria público privada ) que custaria ao Município o ônus de um aluguel da ordem de R\$ 1,5 milhão por mês durante 30 anos. O imóvel seria construído pela iniciativa privada. Pela proposta da atual administração o gabinete do Prefeito Municipal e alguns órgãos permaneceriam no atual prédio da Av. Francisco Salles.

A proposta da candidata Regina Cioffi é a de utilizar toda a área do entorno do estádio Ronaldo Junqueira para a construção não só do Prédio da Administração Municipal como também do Centro de Convenções e a possibilidade da construção de um hotel com capacidade para 300 hóspedes.

O projeto deverá ser concebido sob a premissa da qualidade ambiental das áreas, em especial no sentido de maximizar a iluminação e ventilação naturais. Deverá adotar soluções que promovam o incremento das áreas verdes na área de intervenção, bem como a melhoria da sua qualidade ambiental.

O projeto deve contemplar, ainda, soluções de infraestrutura lógica, elétrica, de combate a incêndio, hidráulica, entre outras. Deverá assegurar as condições de segurança (pessoal, institucional e patrimonial) e de controle de acesso.

As circulações e acessos de público, de serviço, de funcionários e de membros dos órgãos superiores deverão ser hierarquizadas e organizadas, evitando conflitos de fluxos. Os fluxos deverão ser bem distribuídos, devendo ser previstas áreas para recepcionar, identificar e orientar o público, bem como áreas de apoio e atendimento ao público também por andar. Os deslocamentos deverão ser otimizados e os percursos devem ser de clara leitura.

A edificação deve tomar partido da sua localização estratégica e iconográfica, dando origem a um novo marco arquitetônico para a cidade. A partir do disposto, o projeto tem de ser elaborado atendendo às normas que regem a atividade do Arquiteto e Urbanista. Os parâmetros urbanísticos de ocupação e parcelamento do solo e de acessibilidade universal para a edificação serão viabilizados através da Legislação Municipal, NBR's, Instruções técnicas, Normas e Certificações de qualidade.

Conceito Sustentável

Esse projeto sustentável deve ser ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável, envolvendo com isto muitas variáveis entre as quais, o uso racional da energia se destaca como uma das principais premissas. O projeto deverá ser concebido sob a premissa da qualidade ambiental das áreas, em especial no sentido de maximizar a iluminação e ventilação naturais. Deverá adotar soluções que promovam o incremento das áreas verdes na área de intervenção, bem como a melhoria da sua qualidade ambiental.

O projeto deve contemplar, ainda, soluções de infraestrutura lógica, elétrica, de combate a incêndio, hidráulica, entre outras. Deverá assegurar as condições de segurança (pessoal, institucional e patrimonial) e de controle de acesso.

As circulações e acessos de público, de serviço, de funcionários e de membros dos órgãos superiores deverão ser hierarquizadas e organizadas, evitando conflitos de fluxos. Os fluxos deverão ser bem distribuídos, devendo ser previstas áreas para recepcionar, identificar e orientar o público, bem como áreas de apoio e atendimento ao público também por andar. Os deslocamentos deverão ser otimizados e os percursos devem ser de clara leitura.

A edificação deve tomar partido da sua localização estratégica e iconográfica, dando origem a um novo marco arquitetônico para a cidade. A partir do disposto, o projeto tem de ser elaborado atendendo às normas que regem a atividade do Arquiteto e Urbanista. Os parâmetros urbanísticos de ocupação e parcelamento do solo e de acessibilidade universal para a edificação serão viabilizados através da Legislação Municipal, NBR's, Instruções técnicas, Normas e Certificações de qualidade.

Alguns aspectos principais que podem ser destacados na dimensão ambiental:

### **Água**

Permeabilidade do solo;  
Utilização de águas pluviais;  
Limitação do uso de água tratada para irrigação e descarga;  
Redução na geração de esgoto e na demanda de água tratada;  
Introdução de equipamentos economizadores de água.

### **Energia**

Otimização do desempenho energético, através do bom desempenho térmico da edificação, uso de aparelhos energeticamente eficientes;  
Uso da Iluminação natural e sistemas de iluminação eficientes;  
Uso de energia renovável;  
Minimização dos problemas de ilhas de calor e impacto no microclima;  
Estratégias de ventilação natural;  
Conforto térmico.  
Seleção de materiais  
Reuso da edificação;  
Gestão de resíduos da construção;  
Reuso de recursos;  
Conteúdo reciclado;  
Uso de materiais regionais;  
Materiais de rápida renovação;  
Uso de madeira certificada;  
Uso de materiais de baixa emissão de gases.

Por fim, a implantação do Centro Administrativo deve contar com Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) próprio. Durante a execução, também deve contar com Plano de Controle Ambiental (PCA) juntamente com Relatório de Controle Ambiental (RCA), assim como atender as Legislações Municipal, Estadual e Federal.

### **Sistemas de Iluminação**

Os sistemas adotados, assim como as opções de controle e automação, deverão ter como meta o máximo de eficiência energética e o mínimo de manutenção, preservado o conforto de iluminação dos ambientes.

### **Acessos, estacionamentos e áreas externas.**

Devem ser previstas nas áreas externas pontos de taxi e acessos especiais para carros de emergência com aproveitamento da área já destinada a tal fim na Rodoviária.

O Centro Administrativo deve contar com estacionamento para veículos entre 150 e 200 vagas de veículos leves. Deverão ainda ser previstas vagas para motos, áreas e acessos para carga e descarga.

O Centro Administrativo deve contar com bicicletário para estacionamento de no mínimo 50 bicicletas, prevendo a instalação de câmeras de segurança e fechamento parcial do local, de forma que seja um ambiente fechado e protegido.

### **Área Administrativa e Logística:**

Área Administrativa:

O Centro Administrativo deverá contar com áreas destinadas à recepção e controle de acesso, por meio de crachá eletrônico;

Além das recepções gerais, para cada edificação, também deverá ser prevista uma área para recepção, identificação e espera por pavimento edificado;

As áreas de escritório deverão ser resolvidas em "andares corridos", com infraestrutura de shafts (verticais e horizontais), de forma a proporcionar grande flexibilidade de layouts;

Deverá prever áreas de apoio ao funcionamento de cada órgão, para a instalação de estruturas operacionais de uso corrente, tais como biblioteca, arquivo, estoque, sala de reunião e atendimento ao público, de acordo com as especificidades de cada unidade;

Devem ser previstos sanitários masculinos e femininos, distribuídos em todos os pavimentos, dotados de unidades especiais;

Cada pavimento edificado deve contar com áreas destinadas à copa, dimensionados de acordo com o número de usuários a serem atendidos;

Devem ser previstas áreas para a instalação de telefone público, caixas eletrônicos e caixa de correio;

Devem ser previstas escadas de incêndio, de acordo com a legislação vigente e Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (IT 08 e IT 10);

Também devem ser previstos elevadores para o público, dimensionado conforme o fluxo de usuários do Centro Administrativo, em consonância com a legislação vigente; que possam conferir maior agilidade ao deslocamento com acesso direto aos níveis de garagem; e elevadores de serviço, destinados ao transporte de material e serviço;

Devem ser previstas áreas de convivência para os funcionários, espaço comercial, auditório, espaço para exposições eventuais ou pequenas apresentações.

**Logística de apoio:**

O Centro Administrativo deverá contar com uma área para:

Atendimento ao público e Protocolo: área única de atendimento ao grande público, munida de recepção para controle de acesso a áreas restritas, área de distribuição de senhas, área de espera com cadeiras, guichês de atendimento e monitores para direcionamento aos guichês, Protocolo e distribuição interna;

Almoxarifado geral, destinada para o armazenamento de produtos de uso cotidiano, como material de escritório, limpeza, higiene, etc.;

Manutenção e Serviços Gerais, destinada ao controle e manutenção do complexo (elétrica, hidráulica, ar condicionado, sala de brigada de incêndio e sala para administração da manutenção), acrescida de vestiários para os funcionários dos serviços gerais dotados de lavatórios, bacias sanitárias, chuveiros, trocadores e escaninhos;

Central de vídeo monitoramento e vigilância 24h por meio de Sistema de câmeras de segurança IP que permita o monitoramento do Centro Administrativo:

### **Áreas Especiais**

Auditório: auditório para até 160 pessoas, minimamente dotado de foyer, sanitários e áreas técnicas necessárias para o seu bom funcionamento, tais como, sala(s) para equipamentos audiovisuais, ar condicionado, copa, entre outras;

Salas de reunião para 8 pessoas: estão previstas 8 salas de reunião para 8 pessoas, munidas de pontos elétricos, lógicos, data show, telão e quadro branco;

Consultório: Previsão de 1 consultório, munido de mesa de trabalho, maca, lavatório e armários espaço para cadeira de rodas e equipamentos de atendimentos emergenciais;

Arquivo: espaço destinado ao arquivo físico dos processos relativos à Administração municipal. Esses arquivos deverão ser acomodados em armários deslizantes;

Área de convivência: espaço destinado a área de encontro e permanência dos funcionários do Centro Administrativo. Essa área deverá ser dotada de estruturas de permanência, como bancos, mesas, áreas sombreadas, lanchonetes, restaurantes e conveniências.

O Centro administrativo poderá ser construído em dois blocos de 4 andares ou mais andares .

O último andar de um dos blocos seria exclusivo para os gabinetes do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito com

gabinetes privativos, uma ampla sala de reuniões e um auditório para 100 pessoas.

A construção do prédio da Administração Municipal deverá ser realizada com recursos próprios do Município e com a venda do prédio do Complexo Santa Cruz, hoje estimado em torno de R\$ 20 milhões .

### **- Centro de Convenções**

Espaço disponível para grandes encontros e convenções da ordem de 2.000 a 3.000 pessoas. Isso pode representar um aporte à cidade de mais de 10.000 pessoas por mês para a participação em eventos. O agendamento, a captação e a coordenação dessa atividade ficaria sob a guarda da Autarquia Municipal de Turismo e Cultura.

Os recursos para a construção seriam negociados com o Ministério do Turismo e toda a estrutura e operacionalização não poderão ultrapassar os 30 meses. Já existe projeto conceitual pronto e que deverá ser ajustado para o sítio escolhido.

### **- Hotel de Acolhimento**

Nas proximidades do estádio José Maria Chaves estaria prevista a construção de um hotel – tipo IBIS – para atender os convencionais e seria uma iniciativa da rede hoteleira de Poços com direito à exploração pelo prazo de 20 anos.

A previsão é para 150 apartamentos com lobby, pequeno shopping com área de alimentação e restaurantes.

Lembrando que em toda as construções serão adotados os princípios de preservação ambiental e acolhimento de mecanismos de captação de água e energia.

**- Terminal Urbano II.**

Os prédios do Centro de Convenções e da Administração Municipal deverão ter um aspecto arquitetônico arrojado, ocupando a área os fundos das arquibancadas do estádio até o limite do prédio da Rodoviária, possibilitando na parte de baixo a instalação de um terminal urbano – independente da área da Rodoviária – que atenderia a todos os funcionários da Administração Municipal e, eventualmente os participantes do Centro de Convenções.

A área destinada ao terminal urbano (II) já existe e não vai exigir investimentos nesse sentido. É, hoje, a área de estacionamento dos ônibus de turismo ( que não vem sendo utilizada ).

Para tanto serão criadas duas vias expressas:

- VIA EXPRESSA SUL-OESTE.
- VIA EXPRESSA OESTE-LESTE.

Com a implantação do Prédio da Administração Municipal e do Centro de Eventos deverá ser instalada a via estrutural no eixo Oeste-Sul para propiciar o transporte de pessoas entre a Zona Oeste com a Zona Sul.

Essa via será da ordem de 8 km e o percurso será percorrido em torno de 20 minutos.

Nas proximidades do Estádio Ronaldo Junqueira será instalado um terminal urbano que permitira o transporte para a zona sul e uma linha expressa via João Pinheiro até o terminal urbano da Zona leste propiciando esse percurso ser atingido em 20 minutos.

A implantação da via expressa sul-oeste evitará a passagem de veículos de transporte público pelo centro da cidade e será, também, uma importante forma de geração de emprego por ocasião da sua construção.

Estudos poderão conduzir para a implantação do sistema BRT ou Padron com capacidade de mais de 100 passageiros por veículo.

Considerando que a cidade deverá se expandir para a zona oeste existem estudos – preliminares – no sentido da criação de dois ou três condomínios rurais – residências com infraestrutura social – ao longo do eixo da via expressa sul-oeste.

#### **- PROJETO CENTRO VIVO DA CULTURA E GASTRONOMIA;**

Com a transferência das atividades administrativas do centro da cidade para a zona oeste, na área do estádio Ronaldo Junqueira, o centro de Poços de Caldas passaria a ser um grande **centro cultural e de gastronomia**.

O centro cultural e de gastronomia seria atingido por um perímetro de atuação tendo o Complexo da Urca como polo de eventos culturais numa extremidade e a Praça D. Pedro II na outra extremidade.

Estudos podem ser desenvolvidos visando a desapropriação do Palacete Conde Prates que seria outro centro de eventos culturais além do prédio da Prefeitura que poderia, também, abrigar entidades culturais – orquestra sinfônica ou outras.

Estudos na área de engenharia de trânsito e com a retirada das atividades administrativas do centro da cidade o **centro cultural e de gastronomia** poderá ser um polo de desenvolvimento turístico através da atuação eficiente da Autarquia Municipal de Turismo e Cultura.

A idéia básica seria a redução e a restrição de veículos nessa área, a ampliação das calçadas para a instalação e uso dos bares e restaurantes nas áreas disponíveis obedecendo-se sempre a plano de mobilidade urbana.

A Autarquia poderá promover dois festivais enogastronômico por ano, sendo um local com ampla programação cultural com espetáculos ao ar livre e

envolvimento de restaurantes e centros de degustação locais e outro regional ampliando esse projeto com entidades similares de Caldas e Andradas que possuem centros de pesquisa em enologia.

### 3.3 PROJETOS COM VISÃO SOCIAL

#### **3.3.1 COMBATE ÀS DROGAS E SEGURANÇA PÚBLICA**

##### COMBATE ÀS DROGAS E DEPENDENCIA QUÍMICA

O combate às drogas vem sendo um dos grandes problemas com baixa eficácia já que não existe integração dos diversos segmentos envolvidos.

De uma forma geral os grandes conflitos penais são gerados e decorrentes do uso e a comercialização das drogas nas suas mais diversas composições.

A repressão ao tráfico é uma atribuição das polícias civil e militar dentro das suas competências.

A Guarda Municipal poderá ter um papel importantíssimo no sentido de guardar o patrimônio público e aí incluindo-se as praças e escolas públicas e particulares. Uma ação constante com a presença de elementos da Guarda Municipal certamente irá inibir a presença de traficantes e o manuseio de produtos entorpecentes nocivos e proibidos.

Os ilícitos cometidos em relação às drogas ocorrem, via de regra, no período da noite e da madrugada nas praças públicas – com pontos bem definidos – e nas cercanias das escolas.

Uma medida imediata visando a repressão por inibição será a instalação de pontos secundários de iluminação

pública nas proximidades de todas as escolas e praças públicas.

É fundamental a implantação, a ampliação e o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento por câmeras no centro da cidade através de integração com as instituições financeiras (exigência contida em lei ) e a adoção desse sistema em pontos estratégicos nas praças vulneráveis, e escolas.

A CIP – contribuição sobre iluminação pública – precisa ser reformulada para melhor disponibilização de recursos que deverão ser empregados conforme observações acima.

Entretanto não se pode esquecer que o processo envolve, também, a necessidade de recuperação dos dependentes químicos e a reintrodução na sociedade após o período de tratamento.

#### **O TRATAMENTO DOS DEPENDENTES QUÍMICOS.**

Trata-se de um problema complexo que envolve profissionais de vários segmentos e exige uma política séria e consistente.

#### **Clínica de Recuperação de Dependentes Químicos**

Já existem negociações com a INB – Indústrias Nucleares do Brasil S/A no sentido da doação ao Município de Poços de Caldas de uma área próxima às instalações da Alcoa, na Rodovia Geraldo Martins Costa, com 140.000 metros quadrados com o objetivo de construir uma clínica de recuperação de dependentes químicos com internação compulsória, ou não, faltando definir o número de atendidos e se misto ou masculino.

O projeto conceitual será desenvolvido por uma equipe multidisciplinar e, com os parâmetros necessários, uma equipe das Faculdades de Engenharia e Arquitetura da PUC Poços desenvolverá um projeto arquitetônico.

O projeto deverá privilegiar alojamentos para os internos, ambulatório médico, salas de recreação e formação, auditório, cozinha industrial para formação profissional dos internos e, na área externa quadras de esportes,

Será incentivada a participação de empresas estabelecidas em Poços de Caldas com a aplicação, se possível, de incentivos fiscais já que será de fundamental importância a absorção dos recuperados no mercado de trabalho na região.

Existem verbas do governo federal para a manutenção e construção desse tipo de empreendimento e, ao que parece, será uma atividade pioneira em todo o sul de Minas.

Assim a questão da dependência química será tratada preferencialmente através de duas ações básicas:

1. Intensificação das ações pelos efetivos das polícia civil e militar dentro das competências devida na repressão e da Guarda Municipal na supervisão e atuação junto a escolas publicas municipais e reforço na iluminação pública nas periferias dos estabelecimentos de ensino e praças públicas com a utilização dos recursos da CIP e,
2. Tratamento dos dependentes químicos e de seus familiares através de ações importantes na clínica de recuperação de dependentes químicos a ser implantada em Poços de Caldas.

### SEGURANÇA PÚBLICA

É fundamental a implantação, a ampliação e o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento por câmeras no centro da cidade através de integração com as instituições financeiras (exigência contida em lei )que já são obrigados a instalação desse tipo de equipamento e a adoção desse sistema em pontos estratégicos nas praças vulneráveis, e escolas.

### **3.3.2 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO AO IDOSO**

É lei e precisa ser implementado.

Poços possui, nas estatísticas, mais de 23.000 idosos que necessitam de atenção especial e por se tratar de obrigações contidas no Estatuto do Idoso.

Nesse Centro serão concentradas as ações de acolhimento aos idosos no sentido do oferecimento de medidas como atendimento por geriatras quando necessário e agendamento prioritário nas consultas, exames e cirurgias pelo Sistema Único de Saúde.

O Centro oferecerá, também, serviços complementares como assessoria jurídica para aposentadoria.

O Centro de Atendimento Integrado ao Idoso deverá manter íntima relação com a Farmácia Municipal no sentido de dar prioridade ao atendimento de idosos e a implantação do Programa de entrega domiciliar de medicamentos a pessoas idosas e portadoras de dificuldades de locomoção.

### **3.3.3 PROGRAMA DE ENTREGA DOMICILIAR DE MEDICAMENTOS A IDOSOS E PORTADORES DE DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO.**

Trata-se de uma iniciativa da vereadora Regina Cioffi através de uma indicação ao Poder Executivo desde 2014 onde se preconiza a entrega domiciliar de medicamentos de uso contínuo a pessoas idosas e portadoras de dificuldades de locomoção.

Esse programa além de oferecer condições favoráveis aos idosos e portadores de dificuldades de locomoção vai possibilitar com suporte da TI de estabelecer uma programação mais eficiente de reposição de medicamentos.

Além disso, o programa deverá reduzir drasticamente o uso contínuo de transporte público gratuito pelos idosos que é um fator importante para a redução dos índices de correção da tarifa de transporte público.

## **3.4 OUTROS PROJETOS VITAIS**

### **3.4.1 MEIO AMBIENTE**

A criação de uma Secretaria voltada exclusivamente para as ações e preservação do meio ambiente é uma questão já definida para a sua efetiva criação. Resta saber como será adotada a metodologia para a sua implantação.

A proposta é no sentido de ao se encaminhar a mensagem de reforma administrativa através de Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal já constar a criação da Secretaria de Meio Ambiente com sua estrutura necessária sem, no entanto, efetivar a designação do titular da pasta acumulando o Secretário de Planejamento as duas funções.

A outra opção seria de implementação imediata tão logo aprovada a reforma administrativa.

Importante, também, um estudo mais profundo com relação aos recursos destinados ao Fundo de Meio Ambiente. Até a presente data os recursos da CFEM em nenhum momento foram alocados a esse fundo sendo gastos, ilegalmente, para outros fins bem definidos como aluguel de veículos para atender a Secretaria de Serviços Públicos.

Os recursos da CFEM – recuperação de valores decorrente de processos administrativos junto ao DNPM – que poderão chegar a R\$ 50 milhões deverão ser alocados a esse

Fundo com destinação específica para projetos ambientais ou a ele vinculados.

Importante definir como ações prioritárias a implantação da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto - em final de construção que, na próxima administração exigirá apoio logístico e recursos de manutenção já que parte da operação ficará sob a responsabilidade da empresa construtora.

A Secretaria de Meio Ambiente, em conjunto com a Secretaria de Educação deverão incentivar junto aos alunos das escolas públicas municipais a execução de algumas leis e programas já aprovados tais como:

- COLETA DE RESÍDUOS E OLÉO DE COZINHA.

Seria estabelecida uma competição entre as escolas públicas visando a conscientização do uso correto do óleo de cozinha após sua utilização e descarte. Seria estabelecido um trabalho em cooperação com a COPERGORE que assumiria a logística de coleta e destinação final .

Após a avaliação e definição de critérios a escola vencedora seria beneficiada com equipamentos visando a melhoria da qualidade de ensino (tablets, computadores, note book, etc ) .

O aluno que mais se destacasse em todo o processo, seja pelo espírito de liderança, quantidades coletadas ou outras ações receberia uma passagem de navio com os pais em algum roteiro curto ( Santos / Buzios ou Santos / Buenos Aires) a ser concedido por empresa parceira nesse projeto.

- IMPLANTAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO .

Trata-se de um tema extremamente nebuloso, conflitante e sem definição.

O Município adquiriu, em 1978, área com 30 ha para disposição dos resíduos domiciliares. Durante os últimos trinta e sete anos a Prefeitura está operando o Aterro sem projeto ou licença ambiental. No ano de 2001 a Prefeitura contratou a elaboração de projeto para um novo Aterro Sanitário.

Em agosto de 2003 foi concedida a Licença Prévia. Em 20 de março de 2006 foi concedida a licença de instalação, com validade prevista até 20 de março de 2012, que, vencida, **não foi prorrogada.**

Durante esse tempo, novas exigências e normas foram implementadas, dentre elas a Resolução CONAMA nr 4, de 9 de outubro de 1995, que restringe a instalação de atividades entendidas como "foco de atração de pássaros" no raio de 20km dos aeroportos que operam por instrumentos e a 13km dos demais aeródromos.

Em 23 de abril de 2013 foi firmado um TAC e em 25 de setembro de 2015 foi celebrado um Termo Aditivo estabelecendo cronograma de ações, que em dezembro de 2016 ficou redefinida a data para a conclusão da obra e a formalização para a Licença de Operação (LO).

A área do Aterro local encontra-se a 5,50km do aeroporto de Poços de Caldas. O Município está buscando a anuência do III Comando Aéreo Regional para a manutenção do Aterro no local atual, mediante a adoção de técnicas minimizadoras de seus efeitos, para, assim, complementar a documentação para o Licenciamento Ambiental, conforme previsto nos art. 3 e 4º da Resolução CONAMA Nº 4, tendo em vista tratar-se de uma situação consolidada, onde a lei é superveniente à situação de fato.

Importante esclarecer e observar da existência de um processo ( número 5000737-45.2016.8.13.0518) – Execução Extra Judicial com fundamento no Termo de Ajustamento POREM NÃO CUMPRIDO onde os valores arbitrado – multa – já superam quase R\$ 1 milhão.

Em função das informações acima descritas a futura administração deverá tomar medidas enérgicas no sentido de equacionar essa séria e grave situação.

Existem estudos para a construção de um Aterro Sanitário na área da INB, localizada no Município de Caldas, aproveitando as áreas de bota-fora e de conformidade com as exigências determinadas pelas autoridades aeronáuticas.

Caso sejam aproveitadas as área descritas nos limites da INB, será preciso a criação de um Consórcio inter-municipal abrangendo essa atividade entre vários Municípios vizinhos.

O tema é extremamente complexo que vai exigir estudos aprofundados visando a implantação do PLANO BÁSICO DE LIMPEZA URBANA.

Esse Plano deverá conter, basicamente, uma avaliação nos seguintes itens fundamentais:

- Situação atual da gestão de limpeza urbana;
- Sistema de gestão da limpeza urbana;
- Estudos visando a criação do Fundo Municipal de Limpeza Urbana;
- Diagnóstico dos Serviços de Limpeza Urbana;
- Estratégias para busca de alternativas tecnológicas;
- Diretrizes para a elaboração do PLANO BÁSICO DE LIMPEZA URBANA.

### **3.4.2 NA MOBILIDADE URBANA.**

A mobilidade urbana é um tema amplo, que vai além do debate sobre transporte urbano e abrange questões de desenvolvimento urbano, como o uso e a ocupação do solo. A saúde e a qualidade de vida das pessoas estão intimamente ligadas às suas condições de locomoção cotidiana. Por isso a importância de se buscar modelos de cidades sustentáveis.

Segundo o censo do IBGE de 2010, mais de 80% da população brasileira vive em cidades. A Organização das Nações Unidas – ONU - prevê ainda que em 2030 a população urbana brasileira passará para 91%. A taxa de urbanização brasileira é superior à de países mais desenvolvidos.

O Estatuto da Cidade é a denominação oficial da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “Política Urbana” da Constituição Federal, detalhando e desenvolvendo os artigos 182 e 183. Seu objetivo é garantir o direito à cidade como um dos direitos fundamentais das pessoas, para que todos tenham acesso às oportunidades que a vida urbana oferece. É uma lei que representa a consolidação de conquistas reivindicadas há mais de três décadas por diversos setores da sociedade, notadamente os movimentos sociais.

O Estatuto da Cidade é uma lei inovadora e estabelece que a política urbana deve ser objeto de um planejamento extensivo, envolvendo planos de ordenamento do território integrados entre si, nas escalas nacional, estaduais, regionais, metropolitanas, municipais e intermunicipais. Especificamente no âmbito municipal, detalha que o planejamento municipal deve envolver o planejamento urbano, ambiental, orçamentário, setorial e o planejamento do desenvolvimento econômico e social, especificando também que a gestão orçamentária deve ser feita de forma participativa, aberta a todos os cidadãos.

O Plano Diretor é o principal instrumento instituído pelo Estatuto da Cidade, reunindo os demais instrumentos e estabelecendo como cada porção do território municipal cumpre sua função social. É uma lei municipal que deve ser revista pelo menos a cada dez anos e deve expressar a construção de um pacto social, econômico e territorial para o desenvolvimento urbano do município.

A atual administração assim como a administração de Paulo Cesar Silva não deu a devida atenção com relação aos preceitos determinados para a revisão do Plano Diretor no prazo de 10 anos.

Essa será uma das tarefas primordiais – considerada como uma das fundamentais para a futura administração – de ajustar todas as medidas necessárias, de ordem prática e jurídica, visando a atualização e implementação do novo Plano Diretor.

Os recursos para mobilidade urbana atualmente são disponibilizados pelo Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, do Ministério das Cidades.

O objetivo é promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade universal a fim de proporcionar a qualificação do Sistema de Mobilidade Urbana de nossas cidades por meio do acesso amplo e democrático ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.

O Programa 2048 financia diversas ações, tais como:

- Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano;
- corredores estruturais de transporte;
- qualificação das vias de transporte coletivo em área central;
- terminais de transporte coletivo urbano;

- abrigos;
- equipamentos urbanos complementares;
- projetos

Nos capítulos anteriores vimos que a necessidade de crescimento da cidade de Poços de Caldas deve seguir em direção à zona oeste. Nesse sentido deslocamos o eixo da administração pública para a área da Rodoviária e Estádio Ronaldo Junqueira com a previsão de corredores estruturais de transporte OESTE-SUL e OESTE-LESTE.

O eixo OESTE-SUL visa essencialmente evitar o transporte de massa passando pelo centro da cidade.

O cidadão, ao se locomover a pé ou por meio de bicicleta, interage muito mais com o espaço urbano, além de colaborar para redução da emissão de gases na atmosfera e serem estes os meios mais baratos de locomoção, pois representam menor custo para os usuários, para o meio ambiente e para a sociedade.

Da mesma forma, a utilização de transporte público coletivo reduz a ocupação do espaço das vias com muito mais pessoas transportadas em relação à área pública utilizada do que se fossem transportadas por veículos motorizados individuais. Também neste caso, o primeiro reduz emissões de gases na atmosfera com custos individual e coletivo menores.

Para discutir a utilização isonômica do Sistema de Mobilidade Urbana pelos cidadãos, é necessário que sejam revistas as políticas de custeio para compensar as isenções tarifárias, não só considerando usuários do transporte público, mas toda a sociedade, beneficiários diretos e indiretos do transporte público, cidadãos que não se utilizam deste tipo de transporte, pedestres, ciclistas e usuários de veículo privado, individual e coletivo, cada qual impactando e sofrendo impacto do sistema de diferentes formas.

Pretende-se desenvolver estudos no primeiro semestre de 2017 com relação ao custo tarifário do transporte coletivo em Poços de Caldas com a aplicação de subsídios que servirão de apoio ao empresariado local e de toda a comunidade empregadora ( donas de casa, lojas, etc ) com a redução do vale transporte .

O sistema viário sempre foi tratado pelos planos de transporte convencionais, porém raramente com um enfoque adequado ao conceito de mobilidade urbana para a construção de uma cidade sustentável, que deve considerar as diferentes características das viagens (distância, motivo, ritmos individuais), os diferentes tipos de vias (calçadas, ciclovias e ruas) e a integração entre os diversos modos de transporte.

Os Planos de Mobilidade Urbana devem tratar da circulação de pessoas e bens e não só dos veículos, priorizando o pedestre e o transporte coletivo e não só o automóvel e administrando todo o sistema viário e não apenas a pista de rolamento. O planejamento viário deve estar acompanhado e intimamente ligado ao planejamento e às políticas urbanas, envolvendo os instrumentos de regulação urbanística, as preocupações ambientais e os princípios da acessibilidade universal.

### **3.4.3. NO SISTEMA RURAL E UM AGRICULTURA TECNIFICADA**

O Município de Poços de Caldas sempre se destacou na produção cafeeira em função das características de solo e clima de altitude tendo atingido, no atual momento, uma posição de destaque no setor com a produção de cafés finos.

Sendo o café de produção ativa de dois em dois anos e sujeito a oscilações do mercado internacional é, dentro do Município uma atividade voltada para a agricultura familiar e

com alguns ainda grandes produtores remanescentes das tradicionais famílias mineiras.

Ao longo das últimas duas décadas houve uma alteração na importância da pecuária leiteira e o incremento de outras atividades de produção agrícola com a produção de batata.

Em função das variações climáticas e a utilização de novas tecnologias de controle como a aplicação de telados e estufas apropriadas será importante que o setor de acompanhamento das atividades agrícolas do Município incentivem e desenvolvam mecanismos para a adoção dessas novas tecnologias que, na essência, exigem menor área e maior controle fitossanitário, de temperatura e umidade.

Tendo em vista a ampliação das atividades da DANONE, com a ampliação e inauguração da nova fábrica, existe a possibilidade futura de acordos com agricultores locais no sentido de fornecimento de mudas de morango para uso industrial como insumo à produção de yogurtes e assemelhados.

A exemplo do que vem ocorrendo com a maioria das cidades brasileiras o fluxo migratório para o setor urbano vem aumentando de forma muito intensa e em Poços de Caldas a realidade não é diferente.

Mesmo assim não se pode negligenciar com a atividade agrícola do Município que ainda traz riqueza e gera renda para milhares de pessoas.

#### **3.4.4 SAÚDE**

Talvez seja esse o tema e propositura mais difícil para a apresentação de um item no PROGRAMA DE GOVERNO de

forma coerente e concisa em vista da postulante à prefeitura de Poços de Caldas ser médica-pediatra e convivendo com o sistema ao longo dos últimos 30 anos e, a par disso, ter assumido por quase duas décadas a direção técnica da Santa Casa de Misericórdia de Poços de Caldas.

O Município tem, na saúde, o maior sorvedouro de recursos orçamentários ultrapassando os limites constitucionais previstos e, em decorrência da atual situação econômica do país, a tendência é a geração de maiores dificuldades e de despesas sem a contrapartida de um serviço de excelência, baseado em novos conceitos comportamentais (das evidências).

O sistema é dotado de profissionais competentes, porém falho nos controles, sem a adoção de protocolos necessários para a adoção de procedimentos de conduta abrindo enormes lacunas na gestão e fragilizando o processo de eficiência e resolutividade.

Nesse sentido é imperiosa a consecução de dois princípios fundamentais que deverão ser os pilares para a adoção de procedimentos e definição de uma política coerente visando, na essência, o bem estar da população e, sobretudo, o direito à vida com dignidade.

O primeiro, a execução de procedimentos com base nas novas tecnologias de informação dotando todos os setores envolvidos de forma integrada e eficientemente interligados para que, a tempo e a hora, possam ser detectadas as dificuldades e sanadas no mais curto espaço de tempo. O gestor precisa de informações para subsidiar a tomada de suas decisões e, nesse sentido o Município estará alinhado com as políticas do Ministério da Saúde podendo inclusive receber verbas para a informatização e desenvolvimento de procedimentos que redundarão em última análise, na redução de despesas e melhoria na qualidade do serviço prestado.

A utilização dessas novas tecnologias permitirá a obtenção de dados reais como o número de atendimentos por unidade, o tempo de espera dos pacientes na recepção, quais médicos atendem mais ou menos pacientes podendo acessar o prontuário de um usuário independentemente do local onde foi atendido anteriormente ou onde esteja cadastrado.

Inúmeras e muitas outras ações poderão e deverão ser implementadas na medida em que exista um perfeito e competente sistema integrado de informações através da utilização dessas novas tecnologias.

O outro pilar importante é a adoção de políticas e estratégias que deverão ser implementadas no mais curto prazo possível tais como:

a. Soluções para a melhoria no atendimento de certas áreas especializadas;

b. Mesmo com a realização de concurso público para a contratação de médicos em certas áreas especializadas como neurologia, otorrinolaringologia, endocrinologia, oftalmologia e outras existe uma grande lacuna em função, principalmente, dos baixos salários propostos.

c. Uma das soluções poderá ser a contratação por prestação de serviços com clínicas especializadas e ou hospitais através do estabelecimento de número de consultas programadas e por valores diferenciados.

b. Criação de PROTOCOLOS de procedimentos médicos de acordo com medicina baseada em evidências e padronização de medicamentos por especialidades

Em relação a essas atividades especializadas, tanto o Hospital da Santa Casa de Misericórdia como o Hospital Santa

Lucia poderão aumentar os serviços prestados seja através da ampliação do convênio ou contrato de prestação de serviços já avençados.

No caso específico das entidades filantrópicas, como a Santa Casa de Poços de Caldas que não conseguem ser superavitárias em decorrência da baixa remuneração recebida pelos serviços prestados no atendimento ao SUS, preconiza-se, como já explanado em outras oportunidades nesse trabalho, a ampliação do convênio firmado com a Prefeitura para a prestação de serviços, dentre outros, nas áreas de diagnóstico por imagem e laboratório de análise. Essa atuação que ora vem sendo prestada com a intermediação do IASM através da UNIMED e CLIMEP possibilitará uma receita mais acentuada e reduzir e amenizar as constantes dificuldades financeiras.

c. Ampliação na disponibilidade de leitos hospitalares.

A disponibilidade de leitos por mil habitantes no Brasil está aquém da orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os últimos índices foram apresentados em 2009 e a oferta corresponde a uma média de 2,9 leitos por 1.000 habitantes.

Dentro dessa projeção e considerando a população naquela época – em 2009 e 2010 – 150.000 habitantes - o município deveria ter em torno de 360 leitos hospitalares e conforme estatística apresentada pelo IBGE o número de leitos para internação em estabelecimentos de saúde para atendimento ao SUS era de 288 leitos.

Em países como Japão e Alemanha , por exemplo, a média é de 13,7 e 8,2 leitos por 1.000 habitantes .

Conforme dados recentemente encaminhados á Câmara Municipal em fevereiro de 2016 a cidade de Poços de Caldas contava naquela oportunidade com 256 leitos

disponíveis para o SUS sendo 116 gerais e 17 leitos de UTI na Santa Casa e 98 leitos gerais e 25 leitos de UTI no Hospital Santa Lúcia.

Informações mais recentes apresentam 10 leitos de UTI e 9 leitos na UTI neonatal na Santa Casa e 30 leitos de UTI no Hospital Santa Lucia. Já os leitos hospitalares estão assim dimensionados: - 143 na Santa Casa e 140 no Hospital Santa Lucia.

A demanda é crescente em função das atividades desenvolvidas pela implantação da UPA que acolhe não só pacientes de Poços de Caldas mas de toda a região.

Importante desenvolver mecanismos para melhor utilização do Hospital Pedro Sanches que foi desativado pela CLIMEP e que poderá dar suporte para ações de pequena e média complexidade. Estudos nesse sentido precisam ser implementados e negociados com aquela entidade visando a ampliação de leitos e melhor distribuição dos serviços exigidos.

#### d. Internação domiciliar

A internação domiciliar apresenta inúmeros benefícios, dentre eles a disponibilidade de mais leitos hospitalares.

Esse projeto é de extrema importância, pois além de viabilizar um número maior de leitos existe, ainda, a questão da assistência individualizada, do maior envolvimento da família ao tratamento e da redução de infecções hospitalares. A situação em Poços com relação aos leitos hospitalares precisa caminhar e esperamos que as ações do poder público sejam efetivadas em um curto período de tempo.

#### e. Cirurgias eletivas

Essa questão vem se tornando crítica e gerando grandes preocupações aos gestores em saúde na maioria dos Municípios e não é diferente em Poços de Caldas.

A escassez de recursos e o grande número de procedimentos induzidos para a urgência e emergência fazem com que não exista disponibilidade de recursos para as cirurgias eletivas que ficam represadas e gerando graves problemas, sobretudo aos pacientes mais necessitados.

Nem sempre os mutirões estabelecidos pelo Ministério da Saúde possuem a eficácia necessária seja pela falta de estabelecimento de prioridades, seja pela indisponibilidade de recursos para aplicação nos Municípios.

Objetiva-se a criação de um fundo especial de recursos para a criação de mutirões que serão estabelecidos pelo gestor de saúde municipal com a aplicação de recursos advindos de uma boa gestão do sistema através da implementação de novas tecnologias da informação.

Pelos estudos já realizados, o Município que gasta em torno de R\$ 180 milhões por ano com a saúde, extrapolando os limites constitucionais, poderá fazer uma economia anual da ordem de 9% dos recursos aplicados permitindo que esses recursos sejam aplicados para a realização desses mutirões nas diversas especialidades e necessidades.

f. Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente.

Não se trata de um projeto inovador nem pioneiro. Inicialmente denominados Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente (CIAC), compunham o Projeto Minha Gente, instituído pelo decreto N° 91/1990, cuja elaboração competiu à Legião Brasileira de Assistência, com a coordenação do Ministério da Criança.

Naquela época, Darcy Ribeiro e Brizola convenceram Collor "da relevância dos CIEPs e da escolaridade em tempo integral. Daí surgiram os Centros de Atenção Integral à Criança, que se tornaram política pública".

O que se preconiza é a criação de um centro que possa acolher e estabelecer políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes numa forma mais ampla com diretrizes e projetos que possam alcançar a totalidade de crianças nessa fase etária.

#### g. Sub-Secretaria de Alcool e Drogas

O problema do uso de álcool e drogas ilícitas é crítico em todo o mundo. No Brasil, de acordo com pesquisa da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) realizada em 2010, 52% da população faz uso de bebidas alcoólicas, sendo que a maior frequência do uso – e em maiores quantidades – é verificada entre jovens de 18 a 24 anos.

Além de se caracterizar como uma doença o objetivo é muito mais amplo abrangendo um espectro diversificado já que esse problema tem amplas e profundas implicações diretamente relacionadas à segurança pública, apoio às famílias de dependentes e atendimento diferenciado aos dependentes químicos.

Já foi mencionado em outras ocasiões a necessidade da criação de um Centro de Atendimento aos Dependentes Químicos em nosso Município através da participação de uma equipe multidisciplinar para a concepção da estrutura física com todas as demandas exigidas dentro dos padrões terapêuticos exigidos.

A criação da Sub Secretaria de Alcool e Drogas inserida na estrutura organizacional da Secretaria de Saúde terá um

ênfoque especial para o tratamento dessa séria e crescente preocupação da sociedade como um todo.

h. Reestruturação de todas as UBS.

O acolhimento ao paciente é fator essencial e será uma das metas a serem atingidas através de um amplo programa de estabelecimento de necessidades nos postos da UBS. Essas necessidades serão dimensionada de acordo com cada UBS e sua execução – dependendo do custo de execução – poderá ser inserida no programa **VIVER MELHOR** a ser implantado e já definido anteriormente.

Via de regra algumas UBS são instaladas em imóveis alugados e adaptados para essa atividade e, algumas apresentam estado precário e em difíceis condições de atendimento pelos profissionais do setor e, algumas muito aquém das exigências de atendimento com dignidade aos pacientes.

i. Planejamento familiar

Assegurado pela Constituição Federal e também pela Lei nº 9.263, de 1996, o planejamento familiar é um conjunto de ações que auxiliam as pessoas que pretendem ter filhos e também quem prefere adiar o crescimento da família.

“Além de prevenir a gravidez não planejada, as gestações de alto risco e a promoção de maior intervalo entre os partos, o planejamento familiar proporciona maior qualidade de vida ao casal, que tem somente o número de filhos que planejou”, ressalta Patrícia Albuquerque, enfermeira obstetra do setor de planejamento familiar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), os programas de planejamento familiar foram

responsáveis pela diminuição de um terço da fecundidade mundial, entre os anos de 1972 e 1994.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que 120 milhões de mulheres no mundo desejam evitar a gravidez. Apesar disso, nem elas nem seus parceiros usam métodos contraceptivos.

No Brasil, a Política Nacional de Planejamento Familiar foi criada em 2007. Ela inclui oferta de oito métodos contraceptivos gratuitos e também a venda de anticoncepcionais a preços reduzidos na rede Farmácia Popular.

Toda mulher em idade fértil (de 10 a 49 anos de idade) tem acesso aos anticoncepcionais nas Unidades Básicas de Saúde, mas em muitos casos precisa comparecer a uma consulta prévia com profissionais de saúde. A escolha da metodologia mais adequada deverá ser feita pela paciente, após entender os prós e contras de cada um dos métodos.

Em 2008, o Ministério da Saúde alcançou a marca histórica de distribuir esses dispositivos em todos os municípios do território nacional. No ano seguinte, a política foi ampliada e houve maior acesso a vasectomias e laqueaduras, métodos definitivos de contracepção, bem como a preservativos e outros tipos de anticoncepcionais.

Controlar a fertilidade é o primeiro passo para planejar o momento mais adequado para ter filhos. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), feita em 2006, financiada pelo Ministério da Saúde, revelou que 46% das gravidezes não são planejadas.

Graças à política de distribuição de meios anticonceptivos, houve diminuição no número de gravidezes indesejadas. Esse fator pode ter contribuído com a queda nos índices de abortos inseguros e, conseqüentemente, na mortalidade materna, indica estudo do Ministério da Saúde.

A ampliação do acesso aos métodos contraceptivos na rede pública e nas drogarias conveniadas do programa “Aqui Tem Farmácia Popular” trouxe outro resultado positivo: a incidência de gravidez na adolescência (de 10 a 19 anos de idade) diminuiu 20% entre 2003 e 2009.

As ações educativas do Programa Saúde na Escola (PSE), criado em 2008, também apoiou a redução no número de adolescentes grávidas. Entre outras atividades, o programa distribuiu preservativos para cerca de dez mil instituições de ensino, beneficiando 8,4 milhões de alunos de 608 municípios.

O grande número de gravidez indesejada é, via de regra, decorrente da falta de conhecimento, sobretudo de jovens de tenra idade, que ocasiona sérios e graves problemas de ordem social, psicológica, saúde pública, e educacional.

A falta de uma política consistente e de conscientização, sobretudo nas escolas, gera ao poder público um ônus adicional como a construção de novas creches e atendimento diferenciado nos postos de saúde e assistência hospitalar.

### **3.4.5 EDUCAÇÃO**

Elaborar um plano de educação implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País.

Portanto, as metas deverão ser orientadas para enfrentar as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais e o exercício da cidadania.

Em Poços de Caldas não é diferente.

A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias.

Investir fortemente na educação infantil, conferindo centralidade no atendimento das crianças de 0 a 5 anos, é a tarefa e o grande desafio da próxima administração.

Para isso, é essencial o levantamento detalhado da demanda por creche e pré-escola, de modo a materializar o planejamento da expansão, inclusive com os mecanismos de busca ativa de crianças em âmbito municipal, projetando o apoio do estado e da União para a expansão da rede física (no que se refere ao financiamento para reestruturação e aparelhagem da rede) e para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Nesse setor, mais uma vez, a TI (tecnologia da informação) terá um papel fundamental e importante no planejamento das demandas estruturais para que, em futuro próximo, não existam carências de vagas e profissionais especializados.

Por ano, nascem em torno de 2.000 crianças em Poços de Caldas. Isso exige uma programação dinâmica e eficiente para que sejam disponibilizados estabelecimentos para acolhimento dessas crianças. Mas onde? Em quais bairros? A construção de creches atende, em muitos casos, a interesses políticos e não por fatores técnicos de necessidades.

Ao nascer, a criança no momento do registro civil já sai com CPF e também pode, mediante um trabalho de TI, saber o bairro onde irá residir com os pais ou responsáveis e numa compilação criteriosa estabelecer as prioridades para a construção de novas creches com o uso do geoprocessamento.

Um quadro de profissionais da educação motivados e comprometidos com os estudantes de uma escola é indispensável para o sucesso de uma política educacional que busque a qualidade referenciada na Constituição Brasileira.

Planos de carreira, salários atrativos, condições de trabalho adequadas, processos de formação inicial e continuada e formas criteriosas de seleção são requisitos para a definição de uma equipe de profissionais com o perfil necessário à melhoria da qualidade da educação básica pública. Esse é um dos pilares que se pretende adotar na futura administração.

Existe no sistema de saúde uma grande margem de absenteísmo criando para a direção das escolas graves e sérios problemas com salas de aula sem professores por períodos de até uma semana. Outra questão a ser estudada e ser, também, uma busca nas soluções necessárias.

Portanto, estabelecer política de valorização dos profissionais da educação em cada rede ou sistema de ensino é fundamental para que a política educacional se fortaleça. Quanto mais sustentáveis forem as carreiras e quanto mais integradas forem as decisões relativas à formação, mais ampliadas serão as perspectivas da equidade na oferta educacional.

Uma questão que precisa também ser avaliada é a situação dos prédios que fazem parte da rede de ensino que, em muitos casos, são estabelecimentos antigos e que necessitam de obras importantes. Nesse caso é importante que todas as escolas e creches tenham o AVCB expedido pelo Corpo de Bombeiros para a garantia da segurança dos alunos e funcionários.

Sabemos que a busca pela equidade e pela qualidade da educação em um país tão desigual como o Brasil é uma tarefa que implica políticas públicas que incluam uma ampla articulação.

Vivemos atualmente um momento fecundo de possibilidades, com bases legais mais avançadas e com a mobilização estratégica dos setores públicos e de atores sociais importantes neste cenário. É possível realizar um bom trabalho de alinhamento dos planos de educação para fazermos deste próximo decênio um virtuoso marco no destino do nosso País.

Entretanto não basta seguir os preceitos contidos nos planos nacionais voltados para a educação. É preciso implementar alguns procedimentos que foram transformados em normativas legais no Município mas que, quase nunca foram efetivamente executadas. Serão metas também prioritárias:

- o controle da obesidade nos alunos da rede pública municipal. São mecanismos simples de fácil execução que pode ser aplicado duas vezes por ano estabelecendo o IMC e se detectado algum desvio oferecer um acompanhamento no sentido de evitar a obesidade infantil com sérios e graves reflexos em idade adulta.

- o uso adequado de mochilas com peso pré-determinado evitando-se que os alunos tenham problemas de coluna em idade mais avançada.

- a aplicação de educação sexual nas escolas visando a gravidez precoce com sérias implicações na formação, sobretudo das jovens, fazendo com que deixem a escola para atendimento materno e gerando com isso custos na construção de creches além dos problemas de ordem psicológica e familiar.

- uniformização da grade escolar padrão em todas as escolas estabelecendo com isso uma qualidade de ensino uniformizada e comum a todos os alunos;

- conscientização com os preceitos básicos referentes ao meio-ambiente através de incentivos para a coleta de óleo de cozinha pelos alunos com incentivos e premiação com a doação de equipamentos para as escolas e alunos mais bem posicionados nos resultados;

- implementar a educação no trânsito de forma continuada oferecendo melhor consciência aos futuros condutores de veículos;

- estabelecer condições para a implantação de tempo integral em todas as escolas;

- estabelecer e executar o programa de acuidade visual e auditiva em todos os alunos da rede escolar que é um dos grandes fatores de baixo rendimento de aprendizagem;

Essas medidas se implementadas com critérios na malha curricular e nos procedimentos nos estabelecimentos escolares certamente serão importantes instrumentos para o exercício pleno de cidadania.

## 4. CONCLUSÕES

Esse trabalho que se constitui numa arregimentação de observações coletadas pela Vereadora Regina Cioffi ao longo dos dois mandatos eletivos não esgota o rol de sugestões e propostas e poderá receber importantes contribuições no sentido de melhorar e aperfeiçoar as diretrizes que irão nortear o PROGRAMA DE GOVERNO da futura administração.

Na essência prevê-se o aumento da arrecadação – sem aumento da carga tributária – através de mecanismos administrativos e legislativos.

Num outro polo de atuação será fundamental uma reorganização administrativa no sentido da redução de custos possibilitando um aumento na capacidade de investimento.

No primeiro caso é real a possibilidade de se ampliar a arrecadação da ordem de R\$ 100 a 200 milhões ao longo dos 4 anos da futura administração.

Um exemplo simplório é a taxa de manutenção do Cemitério da Saudade. Nunca foi feita essa cobrança – prevista em Lei – e isso poderá atenuar as despesas com o Cemitério em termos de custeio, manutenção e pessoal da ordem de R\$ 1,0 milhão por ano.

Outro caso detectado é a cobrança da CIP – contribuição de iluminação pública – nas contas mensais de energia emitidas pelo DMED. Desde que foi instituída, foi feita uma arrecadação de mais de R\$ 90 milhões e desse total detectou-se que R\$ 20 milhões foram aplicados

equivocadamente onerando o consumidor e mascarando um orçamento anual aprovado pela Câmara Municipal.

Foi observado que no caso da cobrança da CIP deixou-se , TAMBÉM, de cobrar a mais de 18.000 proprietários que usufruem da iluminação pública mas que em nada contribuem com esse processo.

No segundo caso, existe a preocupação de reduzir custos através de severos controles e uma ampla reformulação nos critérios de empenho das despesas a serem realizadas.

Um exemplo típico é a extinção da função de Secretário-Adjunto e reformulação da estrutura funcional da Prefeitura com a redução de cargos comissionados. Essas medidas irão propiciar, em princípio, uma economia da ordem de R\$ 70 milhões de reais nos 4 anos de gestão.

A repactuação com algumas empresas prestadoras de serviços , uma reforma administrativa e a efetiva cobrança de tributos devidos poderá ensejar ao Município uma arrecadação extra da ordem de quase R\$ 300 milhões nos quatro anos da próxima gestão.

Os dois primeiros anos deverão se caracterizar como a necessidade de investimentos na área da construção civil e prestação de serviços visando a implementação de renda e gerando, com isso, a elevação da estima da população.

Os dois anos subsequentes deverão ser destinados exclusivamente e prioritariamente a programas de ordem social.

Como já foi dito não se trata de um trabalho inflexível e refratário a sugestões e colaborações.

O propósito foi de construir um sonho que poderá se realizar caso TODOS , despidos de vaidades e ambições descabidas, direcionarem seus objetivos para um mesmo fim.

É isso.